

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DE DIREITO COLETIVO	1
1.1 Evolução Histórica dos Direitos Humanos	1
1.1.1 Direitos humanos de primeira geração (ou de primeira dimensão)	2
1.1.2 Direitos humanos de segunda geração (ou de segunda dimensão)	2
1.1.3 Direitos humanos de terceira geração (ou de terceira dimensão)	3
1.1.4 Direitos humanos de quarta geração (ou de quarta dimensão)	4
1.1.5 Direitos humanos de quinta geração (ou de quinta dimensão)	4
1.1.6 Quadro-resumo das três primeiras gerações/dimensões	4
1.2 Surgimento e Evolução do Direito Coletivo	5
1.2.1 Antecedentes remotos do processo coletivo	6
1.2.2 As mudanças socioeconômicas e o reflexo no direito material ao longo do século XX	6
1.2.3 Os desafios do processo tradicional em face do novo contexto socio-econômico e jurídico-material, e o surgimento do processo de massa	7
1.2.4 Evolução do processo coletivo na legislação brasileira	11
1.3 Definições e Terminologia	13
1.3.1 Interesse e direito subjetivo	13
1.3.2 Por que a CF/88 e o CDC referem-se à defesa tanto de interesses como de direitos?	14
1.3.3 Interesse público × interesse privado	14
1.3.4 Direito público × direito privado	16
1.3.5 Interesses transindividuais: objeto do direito coletivo	16
1.3.6 Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	17
1.3.6.1 Interesses difusos	18
1.3.6.1.1 Indivisibilidade do objeto	19
1.3.6.1.2 Situação de fato em comum	20
1.3.6.1.3 Indeterminabilidade dos titulares	21
1.3.6.1.4 Conceito	22

1.3.6.2	Interesses coletivos <i>stricto sensu</i>	22
1.3.6.2.1	Indivisibilidade do objeto.....	22
1.3.6.2.2	Relação jurídica em comum (relação jurídica base)	23
1.3.6.2.3	Determinabilidade dos titulares	25
1.3.6.2.4	Conceito.....	25
1.3.6.3	Interesses individuais homogêneos.....	25
1.3.6.3.1	Divisibilidade do objeto.....	25
1.3.6.3.2	Origem comum (situação fática ou jurídica em comum).....	27
1.3.6.3.3	Determinabilidade dos titulares	27
1.3.6.3.4	Recomendabilidade de tratamento conjunto	28
1.3.6.3.5	Conceito.....	28
1.3.6.4	Considerações finais sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	29
1.3.6.4.1	Tutela coletiva de direitos x tutela de direitos coletivos: a questão sobre a abrangência do gênero dos direitos coletivos em sentido amplo	29
1.3.6.4.2	Interesses essencialmente coletivos × interesses acidentalmente coletivos.....	30
1.3.6.4.3	Conceito de interesses ou direitos coletivos em sentido amplo	31
1.3.6.4.4	A classificação do direito metaindividual é determinada pelo tipo de tutela pretendida na ação coletiva?.....	32
1.3.6.4.5	Tabela das características dos interesses coletivos em sentido amplo	34
1.3.7	A teoria dos litígios coletivos de Edilson Vitorelli.....	34
1.3.7.1	Litígios transindividuais de difusão global (litígios globais).....	36
1.3.7.2	Litígios transindividuais de difusão local (litígios locais)	36
1.3.7.3	Litígios transindividuais de difusão irradiada (litígios irradiados).....	37
1.3.7.4.	Tabela das características dos litígios coletivos segundo Vitorelli.....	38

CAPÍTULO 2 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA..... 39

2.1	Considerações iniciais	39
-----	------------------------------	----

2.1.1	Princípios do Direito Processual Coletivo Comum.....	40
2.1.1.1	Princípio do acesso à justiça	40
2.1.1.2	Princípio da universalidade da jurisdição.....	41
2.1.1.3	Princípios da participação no processo e pelo processo	41
2.1.1.4	Princípio da economia processual.....	41
2.1.1.5	Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo.....	42
2.1.1.6	Princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva.....	42
2.1.1.7	Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva	43
2.1.1.8	Princípio da não taxatividade da ação coletiva.....	43
2.1.1.9	Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva comum	44
2.1.1.10	Princípio da máxima amplitude do processo coletivo	44
2.1.1.11	Princípio da obrigatoriedade da execução coletiva pelo Ministério Público	45
2.1.1.12	Princípio da ampla divulgação da demanda	45
2.1.1.13	Princípio da informação aos órgãos legitimados....	46
2.1.1.14	Princípio da maior coincidência entre o direito e sua realização.....	46
2.1.1.15	Princípio da integração entre a LACP e o CDC....	47
2.1.2	Ação civil pública ou ação coletiva?	48
2.1.3	Natureza jurídica: norma de direito material ou de direito processual?	50
2.2	A Influência das <i>Class Actions</i>	51
2.2.1	Pressuposto da comunhão de questões de fato ou de direito...	51
2.2.2	Legitimidade ativa	52
2.2.3	Coisa julgada	52
2.2.4	Pressuposto da representatividade adequada (<i>adequacy of representation</i>).....	53
2.2.5	<i>Opt-out</i> e <i>opt-in</i>	54
2.2.6	Legitimação passiva.....	54
2.2.7	<i>Fluid recovery</i>	55
2.2.8	Resumo das principais influências das <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> sobre nossas ações civis públicas.....	55
2.2.9	Resumo das principais diferenças entre as <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> e nossas ações civis públicas.....	55

2.3	Condições da Ação.....	56
2.3.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	57
2.3.1.1	Legitimidade ativa.....	57
2.3.1.1.1	Natureza jurídica: legitimação concorrente e disjuntiva.....	59
2.3.1.1.2	Natureza jurídica: legitimação ordinária, extraordinária, ou <i>tertium genus</i> ?	59
2.3.1.1.3	Representatividade adequada.....	63
2.3.1.1.4	Ministério Público	66
2.3.1.1.5	Defensoria Pública.....	83
2.3.1.1.6	Entes da Administração Direta	84
2.3.1.1.7	Entes da Administração indireta.....	85
2.3.1.1.8	Fundações privadas.....	86
2.3.1.1.9	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)...	87
2.3.1.1.10	Entes despersonalizados.....	88
2.3.1.1.11	Associações de direito privado (associações civis)	89
2.3.1.1.12	Partidos políticos.....	93
2.3.1.1.13	Sindicatos.....	93
2.3.1.1.14	Cooperativas.....	94
2.3.1.1.15	Observações quanto à legitimidade na Lei 7.913/1989	95
2.3.1.1.16	Observações quanto à legitimidade na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)	96
2.3.1.1.17	Tabela-resumo da legitimidade para a defesa dos interesses transindividuais versados por leis específicas*	96
2.3.1.1.18	Legitimidade ativa subsidiária	97
2.3.1.2	Legitimidade passiva	97
2.3.1.2.1	Legitimação extraordinária passiva.....	98
2.3.2	Interesse processual.....	99
2.4	Elementos da Ação.....	100
2.4.1	Partes	101
2.4.2	Causa de pedir	101
2.4.3	Pedido	103
2.4.3.1	Objeto imediato.....	103
2.4.3.2	Objeto mediato.....	108
2.4.3.3	Controle de constitucionalidade	109
2.4.3.4	Controle judicial de políticas públicas	111

	2.4.3.4.1	Noção de políticas públicas	111
	2.4.3.4.2	Direitos fundamentais integrantes do conceito de mínimo existencial.....	111
	2.4.3.4.3	Direitos fundamentais não integrantes do conceito de mínimo existencial.....	114
	2.4.3.5	Questões tributárias, contribuições previdenciárias, FGTS e outros fundos.....	116
2.5	Competência		118
	2.5.1	Competência originária nos tribunais de superposição	119
	2.5.2	Competência de jurisdição.....	121
	2.5.2.1	Justiça Especial x Justiça Comum	121
	2.5.2.1.1	Justiça Militar	121
	2.5.2.1.2	Justiça Eleitoral.....	121
	2.5.2.1.3	Justiça Trabalhista	122
	2.5.2.2	Justiça Comum: Justiça Federal x Justiças Estaduais ou Distrital.....	123
	2.5.2.2.1	Visão geral.....	123
	2.5.2.2.2	A presença do Ministério Público Federal e a questão da competência.....	125
	2.5.2.2.3	Competência em ações civis públicas ambientais.....	127
	2.5.2.2.4	Competência nas comarcas que não sejam sede de vara da Justiça Federal.....	127
	2.5.3	Competência originária na respectiva Justiça	128
	2.5.4	Competência de foro (ou territorial).....	128
	2.5.4.1	Regra geral	129
	2.5.4.1.1	Competência funcional ou territorial?... ..	129
	2.5.4.1.2	(Im)prorrogabilidade da competência territorial.....	131
	2.5.4.1.3	Interesses individuais homogêneos: competência absoluta ou relativa?.....	131
	2.5.4.1.4	Dano ou ameaça local, regional ou nacional	132
	2.5.4.2	Regras específicas.....	134
	2.5.4.2.1	Causas em que a União for autora ou ré... ..	134
	2.5.4.2.2	Estatuto da Criança e do Adolescente	135
	2.5.4.2.3	Estatuto do Idoso	135
	2.5.5	Competência de juízo	136
	2.5.5.1	Juizados Especiais Cíveis Federais	136
	2.5.5.2	Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	136

2.5.6	Competência interna.....	137
2.5.7	Competência recursal.....	137
2.6	Litisconsórcio, Intervenção De Terceiros e Oposição.....	137
2.6.1	Litisconsórcio e assistência.....	138
2.6.1.1	Noções preliminares.....	138
2.6.1.2	Litisconsórcio ativo inicial de colegitimados.....	139
2.6.1.3	Litisconsórcio ativo superveniente de colegitimados...	139
2.6.1.4	Litisconsórcio ativo entre Ministérios Públicos	141
2.6.1.5	Assistência simples de não colegitimados.....	143
2.6.1.6	Litisconsórcio e assistência litisconsorcial de não colegitimados	143
2.6.1.7	Facultatividade do litisconsórcio passivo em ações ambientais.....	146
2.6.2	Denúnciação da lide.....	146
2.6.3	Chamamento ao processo	148
2.6.4	<i>Amicus curiae</i>	149
2.7	Conexão, Continência e Litispendência	150
2.7.1	Conexão e continência.....	150
2.7.1.1	Efeito da conexão ou continência: prorrogação da competência	152
2.7.1.1.1	Prorrogação de competência e a questão da competência funcional	154
2.7.1.1.2	Prorrogação de competência e os limites territoriais da coisa julgada coletiva.....	154
2.7.1.1.3	Prorrogação de competência nas relações entre ações da Justiça Estadual e Federal...	155
2.7.1.1.4	Prorrogação de competência nas relações com mandados de segurança coletivos...	156
2.7.2	Litispendência.....	156
2.7.2.1	Efeito da litispêndência.....	156
2.7.3	Conexão, continência e litispêndência entre ações civis públicas e ações individuais.....	157
2.7.3.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	160
2.8	Inquérito Civil e Outros Meios de Prova.....	162
2.8.1	Instrução da petição inicial	162
2.8.1.1	As ferramentas do Ministério Público: inquérito civil e procedimento preparatório	162
2.8.1.1.1	Finalidades.....	165
2.8.1.1.2	Notícia de fato e instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório.....	166

2.8.1.1.3	Efeitos da instauração do inquérito civil ...	170
2.8.1.1.4	Recurso contra a instauração	170
2.8.1.1.5	Hipóteses de não instauração	170
2.8.1.1.6	Instrução	174
2.8.1.1.7	Instrumentos de coerção: as tipificações penais	179
2.8.1.1.8	Prazos para conclusão	182
2.8.1.1.9	Arquivamento do inquérito civil e do procedimento preparatório e seu controle pelos órgãos de revisão	182
2.8.1.1.10	Desarquivamento	188
2.8.1.1.11	Princípio da publicidade x sigilo	189
2.8.1.1.12	Princípio inquisitivo, contraditório e ampla defesa	191
2.8.1.1.13	Princípio da informalidade × rigorismo processual	192
2.8.1.1.14	Valor probatório	192
2.8.1.1.15	Conceito e natureza jurídica do inquérito civil e de seu procedimento preparatório	193
2.8.1.2	As ferramentas dos demais legitimados: requerimentos de certidões ou informações	193
2.8.2	Instrução ao longo do processo	194
2.8.2.1	Ônus da prova no processo coletivo	195
2.8.2.1.1	Noção de ônus da prova: aspectos subjetivo e objetivo	195
2.8.2.1.2	Ônus da prova como regra de julgamento	195
2.8.2.1.3	Regras de distribuição do ônus da prova	196
2.8.2.1.4	Inversão do ônus da prova: convencional, legal ou judicial	197
2.8.2.1.5	Inversão judicial do ônus da prova no microsistema de processo coletivo	198
2.9	Particularidades Procedimentais	203
2.9.1	O edital nas ações sobre interesses individuais homogêneos ...	204
2.9.2	Tutelas provisórias	204
2.9.2.1	Tutelas de urgência	205
2.9.2.2	Tutelas de evidência	209
2.9.2.3	Limitações	209

	2.9.2.3.1	Art. 16 da LACP	209
	2.9.2.3.2	Oitiva prévia dos representantes judiciais da Fazenda Pública.....	210
	2.9.2.3.3	Restrições das Leis 8.437/1992 e 9.494/1997	211
	2.9.2.4	Meios de impugnação	213
	2.9.2.4.1	Recursos.....	213
	2.9.2.4.2	Ação exauriente contra tutela antecipada...	213
	2.9.2.4.3	Pedido de suspensão da execução da liminar.....	214
	2.9.3	Desistência e abandono	217
	2.9.4	Reconvenção	220
2.10		Resolução Amigável dos Conflitos	221
	2.10.1	Autocomposição extrajudicial: o compromisso de ajustamento de conduta.....	226
	2.10.1.1	Previsão legal	226
	2.10.1.2	Legitimação	227
	2.10.1.3	Natureza jurídica.....	228
	2.10.1.4	Objeto.....	229
	2.10.1.5	Cominações.....	231
	2.10.1.6	Compromisso de ajustamento tomado em um inquérito civil ou em um procedimento preparatório	232
	2.10.1.7	Compromisso de ajustamento de conduta preliminar.....	233
	2.10.1.8	Complementação, impugnação e substituição do compromisso.....	234
	2.10.1.9	Acompanhamento e execução	237
	2.10.2	Autocomposição judicial	240
2.11		Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada	242
	2.11.1	Sentenças coletivas.....	242
	2.11.1.1	Obrigações de fazer ou não fazer	243
	2.11.1.2	Obrigações de pagar.....	245
	2.11.2	Impugnação	246
	2.11.2.1	Recursos.....	246
	2.11.2.2	Pedido de suspensão da execução da sentença não transitada em julgado.....	248
	2.11.3	Coisa julgada	248
	2.11.3.1	Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses difusos e coletivos.....	250

2.11.3.2	Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses individuais homogêneos	251
2.11.3.3	O emprego legal das expressões <i>erga omnes e ultra partes</i>	252
2.11.3.4	Coisa julgada material secundum eventum litis e secundum eventum probationis	253
2.11.3.5	Transporte da coisa julgada in utilibus	253
2.11.3.5.1	Transporte da coisa julgada cível in utilibus	254
2.11.3.5.2	Transporte da coisa julgada penal in utilibus	257
2.11.3.6	Implicações do estágio do processo coletivo em relação ao estágio do processo individual	260
2.11.3.7	Limites territoriais e subjetivos da coisa julgada	261
2.12	Liquidação e Execução de Sentenças	265
2.12.1	Direitos difusos e direitos coletivos	265
2.12.1.1	Legitimidade	265
2.12.1.2	Competência	266
2.12.1.3	Procedimento	267
2.12.1.3.1	Obrigação de fazer ou não fazer	267
2.12.1.3.2	Obrigação de entrega de coisa	269
2.12.1.3.3	Obrigação de pagar	269
2.12.2	Direitos individuais homogêneos	269
2.12.2.1	Liquidação e execução individuais	269
2.12.2.2	Liquidação e execução coletivas	272
2.12.2.3	<i>Fluid recovery</i> segundo o CDC	273
2.12.2.4	Sistema da Lei 7.913/1989	276
2.12.2.5	Prioridade dos créditos de direitos individuais homogêneos	277
2.13	Fundos de Direitos Difusos	277
2.13.1	Fundo federal e fundos estaduais de reparação dos interesses difusos	277
2.13.2	As normas de regência	278
2.13.3	Fontes de receita	278
2.13.4	Aplicação dos recursos	279
2.13.5	Fundos assemelhados	279
2.14	Considerações Finais	280
2.14.1	Ministério Público como fiscal da lei	280
2.14.2	Não adiantamento das custas e despesas processuais	281

2.14.3	Ônus da sucumbência.....	283
2.14.4	Litigância de má-fé.....	284
2.14.5	Prescrição	286
2.14.6	Oposição.....	288
2.14.7.	Negócios jurídicos processuais e tutela coletiva	289
2.14.8.	Litígios, processos e decisões estruturais	293

CAPÍTULO 3 – AÇÃO POPULAR..... 301

3.1	Considerações iniciais	301
3.2	Condições da ação.....	302
3.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	302
3.2.1.1	Legitimidade ativa.....	302
3.2.1.2	Legitimidade passiva	305
3.2.2	Interesse processual	310
3.3	Elementos da Ação.....	311
3.3.1	Partes.....	311
3.3.2	Causa de pedir	311
3.3.3	Pedido	316
3.3.3.1	Objeto imediato.....	316
3.3.3.2	Objeto mediato.....	319
3.4	Competência	321
3.5	Conexão, continência e litispendência.....	326
3.6	Prova.....	328
3.6.1	Considerações gerais	328
3.6.2	Crime do art. 8.º da LAP.....	329
3.7	Particularidades procedimentais	331
3.7.1	Liminares.....	331
3.7.2	Requisição de documentos e certidões.....	332
3.7.3	Citação dos beneficiários e responsáveis.....	333
3.7.4	Prazo para contestar.....	334
3.7.5	Possíveis atitudes para a entidade cujo ato é impugnado	334
3.7.6	Demais peculiaridades	336
3.8	Atuação do Ministério Público	336
3.8.1	Fiscal da lei.....	337
3.8.2	Órgão ativador da prova e auxiliar do autor popular	338
3.8.3	Sucessor do autor.....	339
3.8.4	Outras funções	339

3.9	Sentença, meios de impugnação e coisa julgada	340
3.10	Liquidação e execução de sentenças	343
3.11	Considerações finais	345
CAPÍTULO 4 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO		349
4.1	Considerações Iniciais.....	349
4.2	Pressupostos	351
4.2.1	Pressupostos dos mandados de segurança individuais e coletivos.....	352
4.2.1.1	Ato de autoridade	352
4.2.1.2	Ilegalidade ou abuso de poder	353
4.2.1.3	Lesão ou ameaça de lesão	353
4.2.1.4	Direito líquido e certo	353
4.2.1.5	Não cabimento de <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> ..	354
4.2.2	Pressuposto específico do mandado de segurança coletivo.....	354
4.3	Competência	357
4.4	Condições da Ação.....	359
4.4.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	359
4.4.1.1	Legitimidade ativa.....	359
4.4.1.1.1	Partidos políticos.....	359
4.4.1.1.2	Organizações sindicais, entidades de classe ou associações	362
4.4.1.1.3	Outros legitimados	364
4.4.1.2	Legitimidade passiva	366
4.4.2	Interesse processual	368
4.5	Elementos da Ação, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros.....	369
4.5.1	Elementos da ação.....	369
4.5.1.1	Partes.....	369
4.5.1.2	Causa de pedir	369
4.5.1.3	Pedido	370
4.5.2	Litisconsórcio	372
4.5.3	Intervenção de terceiros	373
4.6	Conexão, Continência e Litispendência	373
4.7	Procedimento.....	375
4.7.1	Petição e despacho iniciais.....	375
4.7.1.1	Liminares: aspectos gerais.....	377
4.7.1.2	Liminares: limitações.....	378
4.7.1.3	Liminares: impugnação.....	379

4.7.2	Desistência	381
4.7.3	Celeridade na tramitação	381
4.7.4	Defesa oral nos tribunais	382
4.8	A Atuação do Ministério Público	382
4.9	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada	384
4.9.1	Peculiaridades da coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....	387
4.10	Execução de Sentenças.....	390
4.11	Considerações Finais.....	391
CAPÍTULO 5 – DIREITO DO CONSUMIDOR.....		393
5.1	Noções introdutórias.....	393
5.1.1	Conceito.....	393
5.1.2	Alocação na teoria geral do direito.....	393
5.1.3	Relações do direito do consumidor com outros ramos do direito.....	394
5.1.3.1	Com o Direito Constitucional.....	394
5.1.3.2	Com o Direito Administrativo.....	395
5.1.3.3	Com o Direito Processual.....	395
5.1.3.4	Com o Direito Penal.....	396
5.1.3.5	Com o Direito Internacional.....	396
5.1.3.6	Com o Direito Civil.....	399
5.1.4	Origens históricas	401
5.1.4.1	Análise histórica da relação de consumo.....	401
5.1.4.2	O Direito do Consumidor como resposta legal protetiva.....	401
5.1.5	Finalidade do direito do consumidor	403
5.2	Fundamento constitucional.....	403
5.2.1	Introdução.....	403
5.2.2	A proteção do consumidor como direito fundamental.....	404
5.2.2.1	Noção de direito fundamental	404
5.2.2.2	A importância do art. 5.º, XXXII, da CF	404
5.2.3	A proteção do consumidor como princípio da ordem econômica.....	406
5.2.4	A proteção infraconstitucional do consumidor (art. 48 do ADCT).....	406
5.2.5	Competência legislativa concorrente	407
5.3	O código brasileiro de defesa do consumidor	408
5.3.1	Influências do direito comparado.....	408

5.3.2	Microsistema jurídico.....	409
5.3.3	Lei principiológica.....	409
5.3.4	Normas de ordem pública e interesse social.....	410
5.3.5	A aplicação da Lei 8.078/1990 no tempo.....	412
5.3.6	Política nacional de relações de consumo.....	413
5.3.6.1	Objetivos.....	413
5.3.6.2	A importância sistemática do art. 4.º do CDC.....	413
5.3.7	O diálogo das fontes.....	414
5.3.7.1	Introdução.....	414
5.3.7.2	O diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.....	416
5.3.7.3	O diálogo entre o CDC e a legislação especial.....	417
5.4	Princípios gerais do direito do consumidor.....	419
5.4.1	Noção de princípios de direito.....	419
5.4.2	Princípios e cláusulas gerais: distinção.....	420
5.4.3	Princípios em espécie.....	420
5.4.3.1	Princípio da vulnerabilidade.....	420
5.4.3.1.1	Definição.....	420
5.4.3.1.2	Espécies de vulnerabilidade.....	421
5.4.3.2	Princípio da defesa do consumidor pelo Estado.....	423
5.4.3.3	Princípio da harmonização.....	424
5.4.3.4	Princípio da boa-fé objetiva.....	424
5.4.3.4.1	Definição.....	424
5.4.3.4.2	Funções da boa-fé objetiva.....	425
5.4.3.5	Princípio do equilíbrio.....	427
5.4.3.6	Princípio da transparência.....	428
5.4.3.7	Princípio da confiança.....	429
5.4.3.8	Princípio do combate ao abuso.....	429
5.4.3.9	Princípio da educação e informação.....	430
5.4.3.10	Princípio da precaução.....	431
5.4.3.11	Princípio do incentivo ao autocontrole.....	432
5.5	Direitos básicos do consumidor.....	433
5.5.1	Introdução.....	433
5.5.2	Direito à vida, saúde e segurança.....	434
5.5.3	Direito à educação.....	435
5.5.4	Direito à liberdade de escolha.....	435
5.5.5	Direito à igualdade nas contratações.....	436
5.5.6	Direito à informação.....	437

5.5.7	Direito à proteção contra práticas e cláusulas abusivas	439
5.5.8	Direito à modificação e revisão das cláusulas contratuais.....	440
5.5.9	Direito à efetiva prevenção e reparação dos danos materiais e morais	444
5.5.9.1	Reparação do dano moral.....	445
5.5.9.2	A questão do dano moral coletivo.....	447
5.5.9.3	Pedido genérico em ação de indenização por danos materiais e morais.....	449
5.5.10	Direito de acesso à justiça	450
5.5.11	Direito à inversão do ônus da prova	450
5.5.11.1	Requisitos	451
5.5.11.2	Verossimilhança da alegação	452
5.5.11.3	Hipossuficiência.....	453
5.5.11.4	Hipossuficiência e vulnerabilidade: distinção.....	454
5.5.11.5	Momento da inversão do ônus da prova	455
5.5.11.6	A questão do custeio das provas	457
5.5.11.7	Efeitos da inversão.....	457
5.5.12	Direito à prestação adequada e eficaz de serviços públicos.....	459
5.5.13	Direito à proteção de dados pessoais	460
5.6	Campo de aplicação do CDC.....	461
5.6.1	A relação jurídica de consumo	461
5.6.2	Conceito de consumidor	461
5.6.2.1	O consumidor <i>standard</i> ou <i>stricto sensu</i>	462
5.6.2.2	O consumidor equiparado	465
5.6.2.2.1	Consumidor em sentido coletivo.....	465
5.6.2.2.2	Consumidor bystander (vítima do acidente de consumo)	466
5.6.2.2.3	Consumidor potencial ou virtual.....	467
5.6.3	Conceito de fornecedor.....	468
5.6.3.1	Definição jurídica.....	468
5.6.3.2	Atividade profissional.....	469
5.6.3.3	Atividade desenvolvida no mercado de consumo ..	470
5.6.3.4	Técnica de responsabilização dos fornecedores no CDC	471
5.6.4	Conceito de produto	471
5.6.5	Conceito de serviço.....	473
5.6.5.1	Definição jurídica.....	473
5.6.5.2	Atividade remunerada.....	473

5.6.5.3	Serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários.....	474
5.6.5.3.1	Previdência privada complementar: incidência do CDC.....	475
5.6.5.4	Serviços públicos.....	475
5.6.5.4.1	Delimitação dos serviços públicos sujeitos ao CDC.....	476
5.6.5.4.2	Serviços notariais e de registro	477
5.7	Proteção à saúde e segurança do consumidor	479
5.7.1	Prevenção	479
5.7.2	Riscos normais e previsíveis	479
5.7.3	Produto ou serviço potencialmente nocivo ou perigoso	480
5.7.4	Periculosidade exagerada.....	481
5.7.5	O <i>recall</i>	482
5.8	Responsabilidade civil nas relações de consumo.....	483
5.8.1	Noções introdutórias.....	483
5.8.2	Fundamento da responsabilidade objetiva no CDC.....	483
5.8.3	Sistemática do CDC.....	484
5.8.4	Teoria da qualidade.....	484
5.8.5	Defeito e vício: distinção.....	486
5.8.6	Responsabilidade pelo fato do produto.....	487
5.8.6.1	Responsabilidade objetiva.....	488
5.8.6.2	Pressupostos da responsabilidade	488
5.8.6.2.1	Conduta	488
5.8.6.2.2	Defeito.....	489
5.8.6.2.3	Dano.....	491
5.8.6.2.4	Nexo causal	492
5.8.6.3	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade	492
5.8.6.4	A responsabilidade do comerciante.....	494
5.8.6.5	O direito de regresso e a denunciação da lide	495
5.8.6.6	As causas de exclusão da responsabilidade.....	496
5.8.6.6.1	O caso fortuito e a força maior	499
5.8.6.6.2	O risco do desenvolvimento	501
5.8.7	Responsabilidade pelo fato do serviço	502
5.8.7.1	Noção de defeito do serviço.....	503
5.8.7.2	Os fornecedores responsáveis.....	503
5.8.7.3	Causas de exclusão da responsabilidade	504
5.8.7.4	Responsabilidade do profissional liberal	510

5.8.7.5	A responsabilidade dos hospitais e clínicas médicas em face do erro médico	511
5.8.7.6	A responsabilidade das empresas de planos de saúde pelos serviços prestados por médicos e hospitais credenciados.....	513
5.8.7.7	A responsabilização dos provedores de sites de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros e as implicações do novo Marco Civil da Internet.....	515
5.8.7.8	A responsabilização dos editores de <i>blogs</i> por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.....	519
5.8.7.9	A responsabilização dos Portais de Notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	520
5.8.7.10	A responsabilização dos Provedores de Busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca.....	521
5.8.8	Consumidor <i>bystander</i> (art. 17 do CDC)	523
5.8.9	Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço.....	524
5.8.9.1	Responsabilidade objetiva.....	525
5.8.9.2	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade	525
5.8.9.3	O vício de qualidade do produto	526
5.8.9.3.1	Prazo para a regularização do vício.....	527
5.8.9.3.2	Intermediação entre o consumidor e o serviço de assistência técnica.....	528
5.8.9.3.3	Alternativas à disposição do consumidor (art. 18, § 1.º, do CDC).....	528
5.8.9.3.4	Utilização imediata das alternativas do art. 18, § 1.º	530
5.8.9.3.5	Vício do produto e vício redibitório	530
5.8.9.4	O vício de quantidade do produto (art. 19).....	531
5.8.9.5	O vício de qualidade do serviço (art. 20).....	532
5.8.9.5.1	Alternativas à disposição do consumidor....	532
5.8.9.6	Vício de quantidade do serviço	532
5.8.9.7	Serviços públicos.....	534
5.8.9.7.1	Interrupção do fornecimento de serviço público.....	534
5.8.9.7.2	A posição do STJ perante outros temas	537
5.8.10	Responsabilidade civil pela perda de uma chance	539
5.8.11	Responsabilidade civil pela perda do tempo produtivo do consumidor	541
5.9	Decadência e prescrição	543

5.9.1	Sistemática do CDC.....	543
5.9.2	Decadência.....	543
5.9.2.1	Contagem do prazo.....	544
5.9.2.1.1	O vício oculto e o critério da vida útil ...	544
5.9.2.2	Causas que obstam a decadência (art. 26, § 2.º).....	545
5.9.2.3	Garantia legal e garantia contratual.....	547
5.9.2.4	Autonomia do prazo prescricional para o exercício da pretensão reparatória dos danos decorrentes dos vícios do bem de consumo.....	549
5.9.2.5	Decadência convencional.....	550
5.9.3	Prescrição.....	551
5.9.3.1	Causas que suspendem ou interrompem a prescrição.....	552
5.9.3.2	A prescrição de outras pretensões reparatórias.....	552
5.9.4	A Lei 14.010/2020 e sua repercussão nos prazos decadenciais e prescricionais das relações jurídicas de consumo.....	557
5.10	Desconsideração da personalidade jurídica.....	558
5.10.1	Desconsideração no Código Civil.....	559
5.10.2	Desconsideração no CDC.....	559
5.10.2.1	Hipóteses autorizadoras.....	560
5.10.2.2	A interpretação da cláusula geral do art. 28, § 5.º, do CDC.....	561
5.10.3	Desconsideração inversa.....	563
5.10.4	Responsabilização societária.....	563
5.10.4.1	Responsabilidade subsidiária do grupamento societário (§ 2.º).....	564
5.10.4.2	Responsabilidade solidária das sociedades consorciadas (§ 3.º).....	564
5.10.4.3	Responsabilidade subjetiva das sociedades coligadas (§ 4.º).....	564
5.11	Práticas comerciais.....	565
5.11.1	Oferta.....	565
5.11.1.1	Princípio da vinculação da oferta (art. 30 do CDC).....	565
5.11.1.1.1	Requisitos da vinculação.....	566
5.11.1.1.2	Efeitos da vinculação.....	567
5.11.1.1.3	O anúncio equivocado.....	567
5.11.1.1.4	Sujeitos responsáveis.....	568
5.11.1.1.5	Recusa de cumprimento da oferta.....	569
5.11.1.2	A oferta de componentes e de peças de reposição....	569

5.11.1.3	A regra da solidariedade estatuída no art. 34 do CDC	570
5.11.1.4	Dever de informar	571
5.11.2	Publicidade.....	573
5.11.2.1	Conceito e evolução da publicidade.....	573
5.11.2.2	Publicidade e propaganda	574
5.11.2.3	Publicidade institucional e publicidade promocional.....	575
5.11.2.4	Controle da publicidade	575
5.11.2.5	Princípios da proteção publicitária do consumidor	575
5.11.2.5.1	Princípio da identificação da publicidade	575
5.11.2.5.2	Princípio da vinculação contratual da publicidade	576
5.11.2.5.3	Princípio da veracidade da publicidade.	576
5.11.2.5.4	Princípio da não abusividade da publicidade	576
5.11.2.5.5	Princípio da transparência da fundamentação da publicidade.....	577
5.11.2.5.6	Princípio da correção do desvio publicitário	577
5.11.2.5.7	Princípio da lealdade publicitária	578
5.11.2.5.8	Princípio da inversão do ônus da prova	578
5.11.2.6	Publicidade enganosa	579
5.11.2.6.1	Definição.....	579
5.11.2.6.2	Responsabilidade objetiva.....	579
5.11.2.6.3	Tipos de publicidade enganosa	580
5.11.2.6.4	Sujeitos responsáveis.....	581
5.11.2.7	Publicidade abusiva	582
5.11.2.7.1	Definição.....	582
5.11.2.7.2	Hipóteses de publicidade abusiva elencadas no CDC	583
5.11.2.7.3	Responsabilidade civil	584
5.11.3	Práticas abusivas	584
5.11.3.1	Conceito de práticas abusivas.....	584
5.11.3.2	As práticas abusivas elencadas exemplificativamente no art. 39	585
5.11.4	Cobrança de dívidas.....	591
5.11.4.1	Cobranças abusivas	591
5.11.4.2	Repetição do indébito	592

	5.11.4.2.1	Pressupostos da repetição do indébito no CDC	593
	5.11.4.2.2	Comparativo com a repetição do indébito do Código Civil	595
5.11.5		Bancos de dados e cadastros de consumidores	597
	5.11.5.1	Introdução	597
	5.11.5.2	Distinção entre bancos de dados e cadastro de consumidores.....	597
	5.11.5.3	Bancos de dados de proteção ao crédito.....	598
	5.11.5.4	Qualidade das informações.....	599
	5.11.5.5	Direitos dos consumidores perante os arquivos de consumo	600
	5.11.5.5.1	Direito à comunicação do assento.....	600
	5.11.5.5.2	Direito de acesso à informação.....	602
	5.11.5.5.3	Direito à correção da informação.....	603
	5.11.5.6	Responsabilidade pelo cancelamento da inscrição..	604
	5.11.5.7	Limites temporais dos registros negativos	605
	5.11.5.8	Dívida discutida em juízo	605
	5.11.5.9	Responsabilidade civil pelo arquivamento indevido	606
	5.11.5.10	Cadastros de reclamações fundamentadas contra os fornecedores.....	608
	5.11.5.11	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414/2011	608
	5.11.5.11.1	Introdução	608
	5.11.5.11.2	Base conceitual	609
	5.11.5.11.3	Qualidade das informações.....	611
	5.11.5.11.4	Anotações proibidas	612
	5.11.5.11.5	Consentimento do cadastrado?	612
	5.11.5.11.6	Direitos do cadastrado.....	613
	5.11.5.11.7	Finalidade do cadastro positivo	615
	5.11.5.11.8	Deveres das fontes	615
	5.11.5.11.9	Limite temporal.....	615
	5.11.5.11.10	Responsabilidade civil pelo arquivamento indevido.....	616
	5.11.5.11.11	Medidas corretivas.....	616
	5.11.5.11.12	Sistema credit scoring.....	617
	5.11.5.12	Cadastro de passagem.....	619
5.12		Proteção contratual.....	620
	5.12.1	Introdução.....	620

5.12.2	A nova concepção de contrato.....	621
5.12.2.1	<i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar a perda)....	622
5.12.2.2	Teoria dos atos próprios: venire contra <i>factum proprium</i> , <i>supsessio</i> , <i>surrectio</i> e <i>tu quoque</i>	623
5.12.2.3	Teoria do adimplemento substancial	626
5.12.2.3.1	Teoria do adimplemento substancial e a alienação fiduciária em garantia	628
5.12.3	Dirigismo contratual	629
5.12.4	Princípios norteadores	630
5.12.4.1	Princípio da transparência	630
5.12.4.2	Princípio da interpretação mais favorável	630
5.12.4.3	Princípio da vinculação do fornecedor	631
5.12.4.4	Princípio da preservação dos contratos.....	632
5.12.5	Direito de arrependimento (prazo de reflexão).....	632
5.12.5.1	Direito de arrependimento na compra de passagens aéreas pela internet.....	633
5.12.5.2	A suspensão parcial do direito de arrependimento: o artigo 8º da Lei 14.010/2020.....	636
5.12.6	Garantia complementar	637
5.12.7	Cláusulas abusivas	637
5.12.7.1	Definição.....	637
5.12.7.2	Nulidade das cláusulas abusivas.....	638
5.12.7.3	Reconhecimento de ofício.....	638
5.12.7.4	Integração do contrato	639
5.12.7.5	Elenco exemplificativo das cláusulas abusivas	640
5.12.7.6	Controle das cláusulas gerais dos contratos	651
5.12.8	Crédito e financiamento ao consumidor	653
5.12.9	Compra e venda à prestação e alienação fiduciária em garantia	654
5.12.9.1	Repercussão da Lei 13.786/2018 nos contratos de compra e venda de imóveis em incorporação imobiliária e loteamento.....	655
5.12.9.2	Cláusula de tolerância	659
5.12.9.3	Contratos de consórcio de bens duráveis	661
5.12.10	Contratos de adesão.....	662
5.12.10.1	Definição.....	662
5.12.10.2	Inserção de cláusula no formulário.....	662
5.12.10.3	Cláusula resolutória alternativa.....	663
5.12.10.4	Contrato de adesão escrito	663

5.12.10.5	Cláusulas restritivas de direitos do consumidor.....	663
5.13	Sistema nacional de defesa do consumidor.....	665
5.13.1	Introdução.....	665
5.13.2	Procon.....	666
5.13.3	Entidades civis.....	667
5.13.4	Sanções administrativas.....	667
5.13.4.1	Competência.....	667
5.13.4.2	Modalidades de sanções administrativas.....	668
5.13.4.3	Fiscalização e aplicação das sanções administrativas.....	668
5.13.4.3.1	Aplicação da pena de multa.....	669
5.13.4.3.2	Aplicação das demais sanções administrativas.....	669
5.14	A defesa do consumidor em juízo.....	671
5.14.1	Considerações iniciais.....	671
5.14.2	Tutela individual.....	671
5.14.2.1	A adequada e efetiva tutela jurisdicional.....	672
5.14.2.2	Ação de cumprimento específico da obrigação de fazer ou não fazer.....	672
5.14.2.2.1	Tutela específica ou providências que assegurem o resultado prático equivalente.....	673
5.14.2.2.2	Conversão da obrigação em perdas e danos.....	674
5.14.2.2.3	Adiantamento da tutela específica.....	674
5.14.2.2.4	Multa diária (astreinte).....	675
5.14.2.3	Competência pelo domicílio do consumidor autor.....	678
5.14.2.3.1	Cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.....	679
5.14.2.4	Vedação de denunciação da lide e um novo tipo de chamamento ao processo.....	680
CAPÍTULO 6 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....		683
6.1	INTRODUÇÃO.....	683
6.2	REGRAMENTO CONSTITUCIONAL.....	684
6.3	REGRAMENTO INFRACONSTITUCIONAL.....	685
6.3.1	Lei de Improbidade Administrativa.....	686
6.3.1.1	Aplicação da Lei de Improbidade no tempo.....	687
6.4	Conceito de improbidade administrativa.....	688
6.5	A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso.....	690

6.6	Sujeitos do ato de improbidade administrativa.....	692
6.6.1	Sujeito passivo	692
6.6.1.1	Sindicatos.....	694
6.6.1.2	Concessionárias e permissionárias de serviço público (concessões comuns e especiais).....	694
6.6.1.3	Consórcios públicos.....	695
6.6.1.4	Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.....	696
6.6.1.5	Partidos políticos	696
6.6.1.6	OAB.....	697
6.6.2	Sujeito ativo	698
6.6.2.1	Agentes públicos	698
6.6.2.1.1	Agentes políticos	700
6.6.2.1.2	Agentes parlamentares e inviolabilidade	704
6.6.2.1.3	Magistrados e membros do Ministério Público	705
6.6.2.2	Terceiros	707
6.6.2.2.1	Elemento subjetivo da conduta de ter- ceiros	709
6.7	Elemento subjetivo da conduta ímproba.....	710
6.7.1	A repercussão do artigo 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) na esfera de improbidade ad- ministrativa	711
6.7.1.1	Incidência do artigo 28 da LINDB limitada à di- mensão punitiva de responsabilização dos agentes públicos	712
6.7.1.2	Agentes públicos alcançados pelo artigo 28 da LINDB.....	713
6.7.1.3	A repercussão do artigo 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) na in- terpretação e aplicação do artigo 10 da LIA.....	715
6.7.2	Medida Provisória 966/2020: regime de responsabilização de agentes públicos durante o combate à pandemia da Covid-19.....	717
6.8	Modalidades de improbidade administrativa	719
6.8.1	Enriquecimento ilícito	720
6.8.1.1	Introdução.....	720
6.8.1.2	Elementos essenciais.....	721
6.8.1.3	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 9.º.....	723
6.8.1.3.1	Recebimento de vantagem econômica indevida para amparar interesse alheio...	723

6.8.1.3.2	Percepção de vantagem econômica para facilitar negócio superfaturado.....	724
6.8.1.3.3	Percepção de vantagem econômica para facilitar negócio subfaturado.....	725
6.8.1.3.4	Utilização de bens públicos ou de mão de obra de servidor em obra ou serviço particular	725
6.8.1.3.5	Recebimento ou aceitação de promessa de vantagem econômica para tolerar atividade ilícita	726
6.8.1.3.6	Recebimento de vantagem econômica por fazer declaração falsa	727
6.8.1.3.7	Aquisição de bens cujo valor seja desproporcional à evolução patrimonial ou à renda	727
6.8.1.3.8	Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado	731
6.8.1.3.9	Intermediação para liberação ou aplicação de verba pública	731
6.8.1.3.10	Recebimento de vantagem para omitir ato de ofício	732
6.8.1.3.11	Incorporação de bens ou valores públicos.....	732
6.8.1.3.12	Utilização de bens ou valores públicos para fins particulares	733
6.8.2	Atos lesivos ao erário.....	733
6.8.2.1	Introdução	733
6.8.2.2	Elementos essenciais.....	736
6.8.2.3	Princípio da insignificância: inadmissibilidade	741
6.8.2.4	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 10.....	743
6.8.2.4.1	Facilitação para incorporação de bens ou valores públicos ao patrimônio particular	743
6.8.2.4.2	Permitir ou concorrer para o uso ilegal de bens ou valores públicos	744
6.8.2.4.3	Doação ilegal de bens ou valores públicos.....	744
6.8.2.4.4	Favorecimento de negócios por preço subfaturado.....	746

6.8.2.4.5	Favorecimento de negócios por preço superfaturado	746
6.8.2.4.6	Realização de operação financeira ilegal ou aceitação de garantia insuficiente ou inidônea	747
6.8.2.4.7	Concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal.....	748
6.8.2.4.8	Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.....	749
6.8.2.4.9	Ordenar ou permitir a realização de despesas ilegais	758
6.8.2.4.10	Negligência na arrecadação de receita e na conservação do patrimônio público	758
6.8.2.4.11	Liberação ou aplicação irregular de verba pública.....	759
6.8.2.4.12	Favorecer o enriquecimento ilícito de terceiro	760
6.8.2.4.13	Permitir a utilização de bens públicos ou de mão de obra de servidor em obra ou serviço particular	761
6.8.2.4.14	Celebrar indevidamente contrato sobre prestação de serviços públicos por meio de gestão associada	761
6.8.2.4.15	Celebrar indevidamente contrato de rateio de consórcio público	762
6.8.2.4.16	Facilitação para incorporação, ao patrimônio particular, de bens ou valores públicos transferidos pela Administração Pública a entidade privada mediante celebração de parcerias	762
6.8.2.4.17	Permitir ou concorrer para o uso ilegal de bens ou valores públicos transferidos pela Administração Pública a entidade privada mediante celebração de parcerias	763
6.8.2.4.18	Celebrar indevidamente parcerias da Administração Pública com entidades privadas.....	763
6.8.2.4.19	Negligência na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.....	763
6.8.2.4.20	Liberação ou aplicação irregular de recursos de parcerias firmadas pela	

	Administração Pública com entidades privadas.....	764
6.8.2.5	Dos atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário	765
6.8.2.5.1	Introdução	765
6.8.2.5.2	Novo tipo de improbidade administrativa	765
6.8.2.5.3	Elemento subjetivo	767
6.8.2.5.4	Sanções	768
6.8.2.5.5	Nova modalidade de improbidade administrativa?.....	769
6.8.2.5.6	Pessoa jurídica interessada	770
6.8.2.5.7	Vigência	771
6.8.3	Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública	771
6.8.3.1	Introdução.....	771
6.8.3.2	Norma residual ou de aplicação subsidiária.....	773
6.8.3.3	Elementos essenciais.....	774
6.8.3.4	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 11.....	776
6.8.3.4.1	Praticar ato com desvio de finalidade....	776
6.8.3.4.2	Retardar ou deixar de praticar ato de ofício.....	777
6.8.3.4.3	Violação de sigilo funcional	778
6.8.3.4.4	Negar publicidade aos atos oficiais.....	779
6.8.3.4.5	Frustrar a licitude de concurso público	779
6.8.3.4.6	Omissão na prestação de contas.....	781
6.8.3.4.7	Divulgação indevida de medida política ou econômica.....	781
6.8.3.4.8	Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.....	782
6.8.3.4.9	Deixar de cumprir a exigência dos requisitos de acessibilidade.....	782
6.8.3.4.10	Transferir recursos a entidade privada, em razão da prestação de serviço público de saúde, sem a prévia celebração de contrato ou convênio	783
6.8.4	Novas figuras de improbidade administrativa.....	784

6.8.4.1	Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).....	786
6.8.4.2	Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997)	787
6.8.5	Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010).....	788
6.8.5.1	Rejeição de contas por irregularidade insanável e que configure ato doloso de improbidade administrativa	789
6.8.5.2	Condenação pela prática de atos dolosos de improbidade administrativa.....	790
6.9	Sanções.....	791
6.9.1	Previsão normativa.....	791
6.9.2	Correspondência com os tipos de improbidade.....	792
6.9.3	Espécies.....	793
6.9.3.1	Perdas de bens e valores.....	793
6.9.3.2	Ressarcimento integral do dano.....	794
6.9.3.2.1	A questão do dano moral coletivo	795
6.9.3.3	Perda da função pública.....	797
6.9.3.3.1	Aplicabilidade da sanção de perda da função aos aposentados	797
6.9.3.3.2	Aplicabilidade da sanção de perda da função aos agentes políticos	799
6.9.3.3.3	Aplicabilidade da sanção sobre qualquer função pública exercida pelo agente ímprobo ao tempo do trânsito em julgado da decisão condenatória	801
6.9.3.4	Suspensão dos direitos políticos	802
6.9.3.5	Multa civil	804
6.9.3.6	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios	804
6.9.4	Aplicação das sanções.....	805
6.9.4.1	Juízo de improbidade da conduta e juízo de aplicação da sanção.....	805
6.9.4.2	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	806
6.9.4.3	Aplicação cumulativa das sanções: princípios da proporcionalidade e razoabilidade.....	807
6.9.4.4	Pode o juiz aplicar sanções não pedidas pelo autor?...	808
6.9.4.5	Concurso de condutas e conflito aparente de normas	808
6.9.4.6	Pode o juiz aplicar sanções abaixo do mínimo legal?.....	809
6.9.4.7	Cabe condenação apenas à reparação do dano ao erário?	810

6.10	Procedimento administrativo.....	810
6.11	Providências cautelares	812
6.11.1	Indisponibilidade de bens	814
6.11.1.1	Introdução.....	814
6.11.1.2	Hipóteses de cabimento.....	815
6.11.1.3	Pressupostos.....	817
6.11.1.4	Alcance da medida.....	820
6.11.2	Sequestro	823
6.11.3	Afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função	824
6.12	Ação de improbidade administrativa	826
6.12.1	Nomenclatura	826
6.12.2	Competência	827
6.12.2.1	Incorporação ao patrimônio municipal de verba recebida da União.....	828
6.12.2.2	Malversação ou desvio de verbas públicas oriundas do FUNDEB	830
6.12.2.3	Atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista federal.....	832
6.12.2.4	Prerrogativa de foro	834
6.12.3	Legitimação.....	840
6.12.3.1	Litisconsórcio passivo necessário.....	842
6.12.3.2	A posição processual da pessoa jurídica interessada	844
6.12.3.3	Sucessão processual no polo passivo	846
6.12.3.4	Legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente como parte em recursos submetidos a julgamento perante o STF e o STJ	849
6.12.4	Pedido	850
6.12.5	Autocomposição na esfera de improbidade administrativa.....	851
6.12.5.1	Acordo de não persecução cível	857
6.12.5.1.1	Natureza jurídica.....	858
6.12.5.1.2	Pressupostos para a celebração do acordo de não persecução cível.....	859
6.12.5.1.3	Sanções que podem ser convenionadas...	863
6.12.5.1.4	O acordo de não persecução cível e a Lei 12.846/2013.....	870
6.12.5.1.5	Outras obrigações que podem ser pactuadas	872
6.12.5.1.6	Legitimidade para o acordo.....	873

6.12.5.1.7	Momento para a celebração do acordo...	874
6.12.5.1.8	Convenções processuais	877
6.12.5.1.9	Controle do acordo de não persecução cível pelo juiz.....	878
6.12.5.1.10	Complementação e impugnação do ANPC.....	878
6.12.5.1.11	Possibilidade de extensão dos efeitos da colaboração premiada e do acordo de leniência para a esfera de impro- bilidade administrativa. Acordo de não persecução cível.....	880
6.12.6	Procedimento.....	882
6.12.6.1	Fase de admissibilidade da ação	882
6.12.6.2	Ajuste prévio para oitiva de autoridades.....	885
6.12.7	Sentença.....	886
6.12.7.1	Correlação entre pedido e sentença	887
6.12.7.2	Independência entre as instâncias	888
6.12.8	Reexame necessário	888
6.12.9	Coisa Julgada	889
6.13	Prescrição	890
6.13.1	Mandato, cargo em comissão e função de confiança (LIA, art. 23, I).....	892
6.13.2	Servidores estatutários e empregados públicos (LIA, art. 23, II).....	892
6.13.2.1	Ato de improbidade administrativa que também configura crime	894
6.13.2.2	Exercício cumulativo de cargo efetivo e cargo comissionado	896
6.13.3	Agentes públicos vinculados às entidades do art. 1º, parágrafo único, da LIA (art. 23, III).....	896
6.13.4	Particulares.....	897
6.13.5	Prescrição intercorrente.....	898
6.13.6	Vários réus	898
6.13.7	Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário.....	899
6.14	Cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e por ato que implique inelegibilidade	904